

REVISTA TRIMESTRAL | JUL | AGO | SET | 2005 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

63

Jovens Agricultores

Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Ambiente e Recursos Hídricos

com Segurança



**Não sabemos até onde vão os seus objectivos,
mas pode contar connosco para atingi-los.**

Porque a competitividade é cada vez maior temos que proporcionar aos nossos clientes níveis de competência, inovação e desenvolvimento elevados e eficazes. E é isso que fazemos, com toda a nossa experiência e capacidade técnica, de uma forma inovadora e flexível, analisamos a terra, aconselhamos a melhor fertilização, acompanhamos a cultura e avaliamos os resultados.

Do princípio ao fim, protegendo o ambiente, a terra e os frutos que ela produz.

ADP-Adubos de Portugal, sempre ao seu lado. Com segurança.



com Segurança

Empresa do Grupo CUF

2005

Concurso Jovem Agricultor

ORGANIZAÇÃO: Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
APOIO: Programa AGRO

OUTUBRO
Conclusão das visitas às explorações
candidatas
NOVEMBRO
Entrega dos Prémios aos vencedores

Mais informações:
AJAP
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º
1269 - 128 Lisboa
Telf.: 21 324 49 70
E-mail: ajap@ajap.pt

Com o apoio:



6
Os novos desafios Agro-Ambientais

9
*"Da seca à política da água",
pelo Secretário de Estado do Ambiente*

10
*"Água e Desenvolvimento do Mundo Rural",
pelo Secretário de Estado Adjunto do
Desenvolvimento Rural e Florestas*

11
*Entrevista a Luísa Branco, Vice-Presidente do
INAG*

12
*"Que destino para os efluentes?", Henrique
Trindade, Professor da UTAD*

13
"Actuação da CCDR Alentejo na seca 2005"

16
Entrevista a Firmino Leão, Agricultor

18
A Vindima de 2005

21
*Incêndios 2005 - Ajuda aos agricultores
afectados pelos incêndios*

22
*500 Jovens debateram o presente e o futuro
da Agricultura com o Ministro do sector em:
"AGARRAR O TEMPO... PARA SER JOVEM
AGRICULTOR"*

24
*AJAP promove Conferência de Imprensa:
Os Jovens Agricultores e as Autárquicas
Declarações de Colheita e Produção*

25
*SNIRA - Suínos
Sistema Nacional de Identificação e Registo de
Animais
Postos de Atendimento do SNIRB
Roteiro de Eventos*

26
*Os Jovens Agricultores e as Eleições
Autárquicas*

27
Legislação Nacional

28
Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

NOVO TN-A



Com estilo, silencioso e produtivo. Típico da New Holland.

Com o seu exclusivo sistema de plataforma silenciosa, um tractor New Holland Série TN-A não é só um grande tractor, porque além disso preocupa-se realmente com o utilizador. Nenhum outro tractor da categoria de 60 a 75 CV é tão silencioso, e poucos tractores podem competir com o TN-A pelo seu valor, pela escolha de especificações e baixo custo de manutenção. De tradição reconhecida e galardoada, os tractores da Série TN-A permitir-lhe-ão descobrir novos níveis de conforto e total produtividade em todos os terrenos.

www.newholland.com/pt

Telefone gratuito de Atendimento aos Clientes 800 880 373



NEW HOLLAND

Especialistas no seu sucesso



NEW HOLLAND É UMA MARCA DA CNH.

CNH: UM LÍDER MUNDIAL NO FABRICO DE TRACTORES, CEIFEIRAS-DEBULHADORAS, ENFARDADEIRAS E MÁQUINAS DE VINDIMAR AUTO-MOTRIZES.

Ficha Técnica

(JUL / AGO / SET) 2005

N.º 63

AJAP

**Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal**

*Propriedade, Redacção e
Edição*

**AJAP - Rua D. Pedro V, 108-
2º - 1269-128 Lisboa**

Telefone

21 324 49 70

Fax

21 343 14 90

Director

Firmino Cordeiro

Coordenação

Depart. de Comunicação

Redacção

Depart. Técnico

Secretariado

Olga Leitão

Dep. Comercial

Olga Sereno

Impressão

Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal

nº 78606/04

Registo de Título

nº 116714

Tiragem

10 000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

E-mail

ajap@ajap.pt

URL

www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Foto da Capa

AJAP

A água, o ambiente e a seca

Estamos a atravessar um dos períodos mais difíceis para a agricultura e para a floresta, sendo já várias as situações preocupantes no abastecimento público de água.

Tudo isto devido à seca extrema que se tem feito sentir ao longo dos últimos meses, agravada pela destruição e pelos prejuízos elevados provocados pelos incêndios.

Não podemos passivamente deixar o País degradar-se a este ritmo. A aposta no ordenamento do território, na agricultura e na floresta é seguramente a melhor medida preventiva e também a que melhor pode proteger e potenciar o ambiente.

Afinal, é ou não o que queremos? O País é nosso, é de todos os portugueses, somos nós que o devemos tratar. Para tal, temos de aumentar a nossa capacidade de captação da água das chuvas, temos de aperfeiçoar e colocar em prática, um pouco por todo o País, a utilização das águas pluviais e dos saneamentos para a rega de jardins e outros espaços verdes. Temos ainda que unir esforços (agricultores, proprietários florestais e forças militares), por forma a limpar e preservar convenientemente as nossas florestas, os incultos e os baldios. Os agricultores e os proprietários florestais, se devidamente apoiados, são os melhores guardiães da natureza, são eles que mais podem contribuir para a melhoria do ambiente e da qualidade de vida nos campos e no mundo rural.

Constituem a chave para a resolução de um dos maiores problemas que Portugal atravessa.

Pela parte da AJAP estamos disponíveis, vamos arregaçar as mangas e salvar o nosso País.



OS NOVOS DESAFIOS AGRO-AMBIENTAIS



Recuando no tempo

Ao longo de milhares de anos, a agricultura foi praticada a um ritmo “quase” natural, que poucos efeitos visíveis provocou nos ecossistemas, sendo no entanto frequentes as fomes e problemas de saúde de origem desconhecida que hoje percebemos serem intoxicações alimentares devido à falta de higiene e má conservação dos alimentos. Impulsionada pela revolução industrial, a agricultura deixou os processos arcaicos, ganhou velocidade e intensificou-se, recebendo e fornecendo produtos e serviços dos sectores secundário e terciário que entretanto se desenvolveram. A fome deixou de ser um factor limitativo do crescimento populacional e conquistaram-se imensos patamares em termos de higiene e segurança alimentar. Hoje, nos países “desenvolvidos”, uma pequena percentagem de agricultores assegura a subsistência de toda a população, com níveis de qualidade e quantidade que provocam excedentes e permitem a exportação.

No reverso da medalha da agricultura intensiva que tantos sucessos alcançou (mas que passam despercebidos) estão vários problemas ambientais, sobretudo provocados pelos excessos de pesticidas, adubos e outros químicos que contaminam alguns ecossistemas onde a agricultura se desenvolve, para além dos resíduos de embalagens e dos efluentes da pecuária.

A crescente preocupação da sociedade com os efeitos da agricultura no ambiente teve expressão concreta na última reforma da PAC, ao condicionar as ajudas do “pagamento único” ao cumprimento por parte dos agricultores de um conjunto de regras ambientais (e não só) que apontam para uma agricultura ecologicamente sustentável.

Avaliando o passado recente

Essa preocupação ambiental é compreendida e assumida pelos jovens agricultores, também eles conscientes de que “não herdaram a terra dos pais, receberam-na emprestada dos filhos”. Os agricultores estão em permanente interacção com a terra e precisam dela viva e saudável de modo a poderem cultivá-la e obter o seu sustento ao longo de muitos anos. Nesta perspectiva, é fácil compreender que a AJAP tenha sido pioneira na introdução das medidas agro-ambientais, nomeadamente na Produção e Protecção Integrada, assumindo hoje essa área como o principal objectivo do seu quadro técnico e da formação prestada.

Preparando os próximos desafios

Apesar do longo caminho que já foi percorrido, e que deve ser realçado e recordado aos que se limitam a apontar o dedo acusador aos agricultores para esconderem as suas

próprias falhas, há ainda muitos passos a percorrer na caminhada para uma agricultura sustentável do ponto de vista social, económico e ecológico:

Formação geral e “agro-ambiental”

Um primeiro desafio é continuar e aprofundar a formação dos agricultores. Uma formação geral, que permita aperceber-se das mudanças, acompanhando as evoluções técnicas e as descobertas científicas, e uma formação “agro-ambiental” específica. A todo o momento se descobrem produtos para resolver problemas e a todo o momento se descobrem problemas provocados por produtos que se pensava serem seguros. Já passou o tempo das certezas e verdades eternas. Os avanços e recuos sempre fizeram parte do caminho do progresso, mas hoje apercebemo-nos e angustiámo-nos com eles devido à velocidade com que ocorrem. O excesso de informação deixa confusos os menos preparados e exige a todos um estudo constante para perceber e controlar o que se passa.

Investigação

O mercado está cada vez mais competitivo e a sociedade cada vez mais exigente. A segurança alimentar, o respeito pelo ambiente e bem-estar animal são novos aspectos da “qualidade” dos produtos que podem fazer a diferença pela dimensão “ética” que apresentarem. Os nossos consumidores valorizam estes aspectos. Para além do preço, do sabor e do aspecto, preferem comprar os produtos que foram produzidos de forma ecológica, segura e socialmente justa.

Está nas nossas mãos e dos nossos fornecedores descobrir e aplicar técnicas e matérias-primas que vão de encontro às aspirações ecológicas de quem nos rodeia, o que nos trará vantagem competitiva.

A comunicação com a sociedade

A necessidade de melhorar a comunicação entre a agricultura e a sociedade torna-se evidente na temática ambiental. Por um lado, há que melhorar a capacidade dos agricultores para receber as mensagens enviadas pela sociedade, para corrigir e adaptar a sua actuação no que for possível, mas também para responder e esclarecer quando for necessário. É preciso explicar as dificuldades e limitações da actividade agrícola a uma população maioritariamente urbana com uma imagem idealista do meio rural. Há que estabelecer um diálogo por vezes difícil mas necessário entre os agricultores e as organizações ambientalistas, pois as opiniões destas (facilmente divulgadas na comunicação social) interferem cada vez mais nas políticas que definem o futuro da agricultura. Nesse diálogo haverá que reconhecer erros e excessos cometidos pelos agricultores mas será também necessário explicar a realidade e as opções disponíveis. Se apesar de todos os esforços permanecer a diferença de opiniões, saibamos organizarmo-nos para afirmar a nossa opinião e disputar a opinião pública.

“Eco-diversidade”

Não há um caminho único a seguir no sentido da agricultura ecológica, sustentável ou “amiga” do ambiente. São





vários os percursos e vários os patamares para escolher e percorrer. A Agricultura Biológica é talvez o sistema de cultivo que mais se aproxima do ideal ecológico. Rejeitando os produtos químicos de síntese, é habitualmente designada como “orgânica” ou “biológica”. É uma opção muito interessante para sistemas tradicionais de agricultura no interior do nosso País, com plantas e animais autóctones (olival, por exemplo), pouco produtivos mas rústicos, que pouco mais precisam além do certificado a garantir a sua produção no método biológico.

Contudo, não podemos reduzir a protecção ambiental à reconversão para agricultura biológica. Seria como fazer do “dia sem carros” a única hipótese para a diminuição da poluição nas cidades. Os sistemas de produção e protecção integradas são um caminho mais acessível para evitar os efeitos negativos dos agro-químicos sem abdicar da sua utilização, mas fazendo-o dentro de conjunto de regras, como é o “nível económico de ataque” (só fazer um tratamento quando o benefício for superior à despesa com o produto). Os aderentes a este sistema comprometem-se a utilizar apenas produtos químicos autorizados (os mais tóxicos não são permitidos) e cumprir um conjunto de boas práticas agrícolas (recolha de resíduos, embalagens vazias, registo dos tratamentos, etc). Estes sistemas estão mais longe do ideal mas são mais executáveis.

Resta um conjunto de normas actualmente em definição, relativas à condicionalidade das ajudas. Se o agricultor não cumprir um conjunto de directivas ambientais, é-lhe vedado o acesso ao pagamento único.

Água e ambiente

Esta seca que nos afecta tem a virtude de lembrar a importância da água para a agricultura e vice-versa. Sentimos uma vez mais na própria pele aquilo que já sabíamos mas que alguma chuva tinha lavado da nossa memória. Somos os principais utilizadores da água e os primeiros a sofrer quando ela falta. Somos por vezes poluidores e outras vezes (esquecidas) vítimas da poluição que nos impede de utilizar muitas linhas de água para a rega das nossas culturas. Vamos tomando conhecimento das directivas que estavam adormecidas e agora surgem à luz do dia, questionando-nos até que ponto vão inviabilizar a nossa agricultura. Percebemos que a água se vai tornando no factor de produção mais valioso por ser escasso e compreendemos que o nosso futuro vai depender da nossa capacidade para economizar este recurso natural. A questão da utilização e poupança de água pela agricultura, dentro da ampla temática ambiental, é um exemplo concreto da necessidade de formação, investigação e comunicação.

DA SECA À POLÍTICA DA ÁGUA

Humberto Rosa
Secretário de Estado do Ambiente

Escassas semanas após ter tomado posse, o XVII Governo deu prioridade ao acompanhamento e prevenção da seca, através da criação da Comissão para a Seca 2005. Esta Comissão reúne entidades da administração central, das autarquias, e dos principais sectores ligados à problemática da água, incluindo o sector agrícola.

Evidentemente que nenhuma Comissão para a Seca poderia bastar, só por si, para eliminar os efeitos perniciosos da falta de chuva. Mas posso hoje afirmar com segurança que a acção desta Comissão tem tido a virtude de mitigar tais efeitos. Há dois aspectos principais que realço como muito satisfatórios: a confirmação de que temos uma administração pública que funciona e que sabe dar respostas em cenário de crise e de contenção orçamental; e a percepção de que o sector que paga a maior factura em tempo de seca, como é o agrícola, sabe evidenciar um notável espírito de solidariedade e responsabilidade, acatando restrições ao consumo a bem de assegurar o abastecimento urbano e a constituição de reservas de água para enfrentar um eventual prolongamento da seca. A concertação de usos entre sectores tem sido serena e pacífica, muito em resultado desta atitude que merece aplauso e respeito público, que aqui registo.

Mais que olhar para os efeitos da presente seca, que são graves e bem conhecidos dos agricultores, quero registar algumas reflexões sobre os ensinamentos que a seca deste ano nos pode dar.

Em primeiro lugar, a seca confirma que temos de represar água. O uso do território não se faz sem reservas de água suplementares das reservas subterrâneas, e isso torna-se mais evidente em caso de escassez de chuva. Tal não legitima toda e qualquer nova barragem, decerto, visto que elas também têm incontornáveis impactes negativos. Mas basta pensar nas dificuldades acrescidas que o país teria se não tivessem sido realizados os sistemas fiáveis de abastecimento que hoje temos, para retermos esta importante lição.

Em segundo lugar, e até para se poder reduzir ao essencial a necessidade de repesamento, faz falta maior eficiência no uso do recurso água. É bem sabido que há perdas de água em todos os sectores, mormente na agricultura, pelo que a adopção activa de medidas como as preconizadas no



Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água é um dever crescente.

O ensinamento mais fundamental será porventura a necessidade de se encarar de outra forma o próprio recurso natural. Há que tratar a água com respeito, independentemente de situações de abundância ou de escassez. Não pode ser esbanjada ou poluída sem critério, nem ser tratada como algo sem valor.

Todas estas reflexões têm naturalmente aplicação no sector agrícola. O respeito pelo recurso tem mesmo uma acuidade especial no sector que mais consome. Um bom princípio geral será o de orientar o desenvolvimento agrícola e rural no sentido de usos e culturas tão adaptados quanto possível às reais disponibilidades hídricas de cada região. Outro princípio incontornável é o que diz que a água tem um custo e um preço. Há de facto uma correlação óbvia entre o uso sustentável de recursos naturais e a atribuição de um valor monetário aos mesmos. O custo da água é decerto tema muito sensível para o sector agrícola, face aos constrangimentos que a actividade já enfrenta. Mas nem por isso perde sentido a ideia de que uma política sustentável da água apela à atribuição de um custo a suportar por todos os que a consomem. O que o sector agrícola legitimamente deve invocar é que esse custo seja mitigado e adaptado à sua própria sustentabilidade económica e social.

Termino com a esperança e vontade de que seja sob impulso da nova Lei da Água, e no contexto da seca de 2005, que tomemos definitivamente uma política sustentável de recursos hídricos. O contributo de uma geração de agricultores crescentemente consciente e empenhada ambientalmente será essencial para esse objectivo.



ÁGUA E DESENVOLVIMENTO DO MUNDO RURAL

Rui Nobre Gonçalves
Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

O despertar do Século XXI viu ser aprovada durante a presidência Portuguesa da União Europeia a Directiva 2000/60/CE, que estabelece o Quadro de Acção para a Política da Água da União Europeia. A respectiva proposta de Lei que a transpõe para o direito nacional foi recentemente aprovada por ocasião do Dia Mundial do Ambiente de 2005.

Este instrumento é de uma importância primordial para a protecção dos recursos hídricos, por forma a assegurar a sua utilização em boas condições de quantidade e qualidade pelas gerações actuais e futuras, constituindo ainda um dos pilares de definição e estruturação de um novo e necessário quadro legal nacional que melhor corresponda aos actuais paradigmas de gestão da água.

Gestão da água e articulação com a política de desenvolvimento do espaço rural

As áreas rurais do nosso país enfrentam actualmente desafios consideráveis, estando-lhe cada vez mais consignados novos atributos, em que para além da produção de bens alimentares e matérias-primas, a sociedade deverá esperar dos agricultores o desempenho de funções de protecção e gestão adequada dos recursos e valores que a todos pertencem, como o equilíbrio e a diversidade biológica, a paisagem rural, a água, os solos e os valores do património cultural.

A política de desenvolvimento rural é um dos mais importantes instrumentos da União Europeia, que num contexto de valorização do ordenamento do espaço rural e das actividades que aí se devem implantar, permitirá a desejada interligação das valências das políticas horizontais relacionadas com protecção da água, tais como a nova Lei da Água, bem como dos solos, do ar e dos valores naturais.

Água como recurso – O uso sustentado do factor de produção

Em Portugal, como na maior parte da região mediterrânica, o sector agrícola, através do regadio, assume o papel de principal utilizador da água. Em respeito com as bases da gestão sustentável da água consignadas na nova Lei da Água, a continuidade destes importantes e particulares sistemas agrícolas reside também na identificação dos problemas e antevisão das soluções que permitam o estabelecimento de novos paradigmas éticos para o seu desenvolvimento, onde coexistam:

- o conhecimento dos processos que podem levar à degradação dos recursos e das técnicas que conduzem à sua conservação;
- a afectação dos recursos em conformidade com os objectivos da produção, com as consequências ambientais e as tecnologias apropriadas em termos de produtividade e ambientalidade;
- o respeito de restrições, quando necessárias para inverter processos de degradação em curso;
- a adopção de medidas institucionais traduzindo políticas e regras de gestão, que favoreçam a aceitabilidade social das decisões.

Desta forma, será possível a co-habitação dos objectivos relativos à satisfação das aspirações sociais e humanas, actuais e futuras, proporcionadas por este importante sector económico, e daqueles relacionados com a manutenção dos valores naturais, como a água, que nos é incumbida pela responsabilidade que temos para com a sustentabilidade do meio em que vivemos.

ENTREVISTA A LUÍSA BRANCO, VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO DA ÁGUA - INAG



AJAP: Num momento em que o nosso País atravessa um dos períodos mais problemáticos da história devido à situação de seca extrema, de que forma é que os recursos hídricos poderão ser considerados satisfatórios para um desenvolvimento sustentável?

No âmbito da Estratégia da União Europeia para o Desenvolvimento Sustentável são indicados os principais desafios à concretização de um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, deve-se destacar as alterações climáticas e o aumento das pressões sobre alguns recursos naturais, nomeadamente os recursos hídricos.

O que importa analisar é se consideramos satisfatória a forma como utilizamos os nossos recursos hídricos. Há o conhecimento generalizado de várias situações de desperdícios associados à utilização da água, por exemplo, a nível das perdas nos sistemas de abastecimento de água potável, técnicas de irrigação ultrapassadas, tipo de culturas menos adequados para determinadas regiões.

Segundo a definição incluída no Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é *“um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras”*. Assim, e no que se refere aos recursos hídricos, a integração de políticas sectoriais será fundamental para dissociar o crescimento económico da degradação do ambiente, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos e a aplicação de técnicas de produção mais adequadas. Deve-se fomentar a realização dos objectivos ambientais e sociais de uma forma economicamente eficiente.

AJAP: Como poderão os recursos hídricos ser protegidos?

A protecção eficaz dos recursos hídricos passa por um planeamento e uma gestão eficazes dos recursos.

AJAP: Considera que a implementação da Directiva do Quadro da Água, no âmbito da Estratégia Comum Europeia, poderá ter impacto na prevenção e minimização das catástrofes naturais, como a actual situação de seca extrema?

A Directiva-Quadro da Água (DQA), que estabelece um conceito abrangente e integrador à protecção das águas, apresenta o objectivo de serem criadas as condições neces-

sárias para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa do recurso. As acções inerentes à implementação da DQA conjugadas com o planeamento e gestão a longo prazo dos recursos hídricos contribuirão para a previsão e mitigação das cheias e secas.

A DQA prevê a adopção de medidas de gestão da procura, nomeadamente em zonas afectadas pela seca, no entanto as questões relacionadas exclusivamente com a previsão dos referidos eventos não são directamente abrangidas pelas disposições da directiva. Os aspectos relacionados com a previsão apenas são referidos no âmbito da aplicação de derrogações ao cumprimento dos objectivos ambientais. Para complementar o disposto na DQA, encontra-se actualmente em discussão a nível comunitário um pacote legislativo relativo à prevenção e mitigação de cheias.

As questões relacionadas com a escassez de água, de particular relevância para os países do Sul da Europa, são alvo de debate no âmbito da Estratégia Comum Europeia para a implementação da DQA, constituindo este facto um contributo relevante para a troca de experiências entre os vários Estados-membros e para um maior conhecimento das repercussões sociais, económicas e ambientais deste tipo de situações.

AJAP: Pensa ser oportuno, actualmente proceder à criação de novas medidas técnicas, económicas e legislativas necessárias à optimização da gestão de recursos hídricos?

As medidas legislativas que se impõem actualmente para fazer face aos novos desafios da Directiva Quadro da Água são as que decorrem do texto da nova Lei da Água e dos diplomas regulamentadores que será necessário preparar e fazer aprovar nos próximos anos. Da aprovação de um destes diplomas, o relativo ao regime económico-financeiro, decorrem as principais medidas de índole económica que é necessário implementar nos próximos anos e que passam pelo pagamento gradual e progressivo dos custos da água pelos diversos sectores utilizadores.



QUE DESTINO PARA OS EFLUENTES?

*Henrique Trindade
Professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*

O tratamento dos efluentes animais (chorumes) em grandes ETARs deverá ser considerado como uma solução apenas a adoptar quando não seja possível ou viável a utilização desses efluentes para fins úteis. As ETARs destinam-se ao tratamento de resíduos sem alternativas de utilização e, portanto, considerados “lixos”. Este processo de tratamento não é completamente isento de riscos, verificando-se, por exemplo, a emissão de importantes contaminantes atmosféricos. O tratamento de chorumes em ETARs é também um processo extremamente dispendioso devido à elevada carga orgânica destes efluentes.

Os chorumes possuem um elevado valor fertilizante, sendo ricos em matéria orgânica e em nutrientes essenciais às plantas. Estes constituintes são provenientes da dieta dos animais. Por exemplo, os bovinos e outros ruminantes apenas absorvem 15 a 25% do azoto e do fósforo ingerido; o resto é excretado. Em geral, os chorumes animais não apresentam problemas de concentração elevada de certos elementos químicos que podem contaminar os solos, como os metais pesados, e, nas produções animais onde a utilização desses elementos seja necessária, a correcta formulação das dietas pode contribuir para a minoração do problema.

Entretanto, a maioria dos solos nacionais possuem baixo ou muito baixo nível de fertilidade, com reduzidos teores de matéria orgânica e de elementos nutritivos. Tradicionalmente, Portugal importa quantidades importantes de fertilizantes orgânicos para utilização principalmente em actividades como a horticultura, a floricultura e a viticultura.

Estas circunstâncias permitem concluir que o fim mais apropriado a dar aos chorumes será a sua aplicação ao solo, contribuindo acessoriamente a reciclagem dos nutrientes neles contidos para a redução do consumo de fertilizantes minerais de síntese.

A implementação ao nível regional de sistemas de gestão e aproveitamento dos efluentes animais pode ser a forma de resolver o problema do excesso de algumas explorações e beneficiar outras com deficiência de fertilizantes orgânicos. Actualmente, estão disponíveis técnicas de pré-tratamento destes efluentes, com aplicação ao nível das explorações ou ao nível local, que permitem utilizações alternativas ou complementares, reduzir os volumes dos materiais a transportar e alterar ou melhorar as suas características (p. Ex. separação da fracção sólida, compostagem, digestão anaeróbia com produção de metano, etc.). Mesmo considerando que os encargos com estes processos de pré-tratamento dos chorumes sejam consideráveis, estes custos apresentam certamente maior viabilidade do que os custos do seu tratamento, como “lixos”, em ETARs.



ACTUAÇÃO DA CCDR ALENTEJO NA SECA 2005

Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, Serviços de Beja e Direcção de Serviços do Litoral, conservação da Natureza e Infra-estruturas da COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO



À semelhança de outros recursos renováveis, a disponibilidade em água pode considerar-se escassa ou abundante, dependendo dos requisitos de qualidade da mesma.

Em períodos, como o que se vive actualmente em Portugal, em que as condições climáticas e uma história de usos por vezes incorrectos, nos reportam para situações complicadas de escassez de água doce, torna-se mais evidente que o destino das populações humanas está fortemente dependente da sua capacidade de resolução dos problemas relativos à disponibilidade e à qualidade deste recurso.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo desempenha, por inerência de competências, um papel preponderante na gestão dos recursos hídricos. A este organismo cabe, entre outros, o licenciamento e a fiscalização das utilizações do domínio hídrico, e a monitorização e a conservação das redes hidrológicas no Alentejo.

Actualmente existem na região 18 pontos de captação de águas superficiais para abastecimento (monitorizados mensalmente) e 1.161 origens de águas subterrâneas, sendo estas últimas consideradas um recurso muito importante como origem de abastecimento efectivo ou como reserva.

Em Janeiro deste ano constatava-se já que os volumes de armazenamento eram menores ao previsto na maioria das albufeiras e que as recargas de aquíferos regionais eram insuficientes para repor as respectivas reservas.

Foram então adoptadas, pela CCDR Alentejo, um conjunto de medidas:

- Obter informação (Assoc. Regantes) detalhada e actualizada sobre
 - Consumos de água captados para rega em 2004
 - Previsão de consumos de água para rega em 2005
 - Estimativa de valores de perdas nas redes de rega e por evaporação
 - Consumos de água captados para abastecimento público em 2004
 - Previsão de consumos de água para abastecimento público em 2005;
- Obter informação relativa a volumes de água armazenada, com periodicidade semanal, para as principais albufeiras origens de água para abastecimento público;
- Sensibilizar todas as autarquias para
 - Desenvolver campanhas dirigidas as seus munícipes, no sentido de racionalizarem e reduzirem os consumos domésticos
 - melhoria da eficiência dos sistemas de distribuição de água e aumento da vigilância e rapidez na reparação de fugas
 - acautelar a possibilidade de reactivar captações subterrâneas de reserva existentes;
- Licenciar prioritariamente apenas captações de água destinadas ao abeberamento de gado (1ª prioridade) e rega de sobrevivência de culturas permanentes (2ª prioridade);
- Incrementar fiscalização das áreas de protecção das captações destinadas a abastecimento público, nomeada-

mente sobre as actividades mais poluidoras, no sentido de evitar o agravamento da qualidade da água por descargas poluentes;

- Sensibilizar a DGR Florestais para as cargas piscícolas nas albufeiras destinadas a abastecimento público e remoção atempada da ictiofauna excedentária;

- Sensibilizar o Ministério da Agricultura para avaliar e repensar novos investimentos que impliquem consumos elevados de água, localizados a montante de albufeiras destinadas a abastecimento público; criação de incentivos, com carácter excepcional, para apoio a culturas menos consumidoras de água.

No âmbito do Secretariado da Comissão da Seca 2005, a CCDR Alentejo participa na produção de Relatórios quinzenais de evolução da situação de seca e colabora na apreciação de pedidos de apoio técnico e/ou financeiro, informando as propostas de decisão a submeter às entidades competentes para decidir.

Além da actuação já referida, a CCDR Alentejo adoptou as seguintes medidas:

- Gabros de Beja: Reforço da fiscalização e viabilização de novas captações subterrâneas apenas para abeberamento de gado e rega de sobrevivência de culturas permanentes;

- Albufeira do Roxo: Reforço da fiscalização, em particular de captações em linhas de água afluentes à albufeira; Acompanhamento das acções de remoção de carga piscícola, coordenadas pela DGRF;

- Libertação de 18 hm³ de água armazenada na albufeira de Alvito;

- Sensibilização das entidades gestoras, no sentido de procederem à definição dos perímetros de protecção de captações subterrâneas e à obtenção do Título de Concessão das captações (superficiais e subterrâneas).

1,7 mil milhões de seres humanos vivem em áreas onde a água escasseia

1,1 mil milhões de seres humanos não têm acesso a água potável segura

3 milhões de seres humanos morrem todos os anos devido a doenças causadas pelo consumo de água contaminada.

**PROCUREMOS NÃO AUMENTAR ESTES NÚMEROS
E... QUEM SABE... TENTAR REDUZÍ-LOS !!!**





360 g/l
de **Glifosato**
+
640 g/l
de **Tecnologia**

Copyright Syngenta Crop Protection, Ltd. 2004. © marca registrada Syngenta Crop Protection AG, Basilea, Suíça.

Herbicida Sistémico, não selectivo e não residual que elimina eficazmente todas as plantas indesejáveis mesmo nas situações mais difíceis.

TOUCHDOWN[®]

PREMIUM

Antes de utilizar o produto leia atentamente o rótulo.



syngenta

Syngenta Crop Protection Soluções para a Agricultura, Lda
Av. de Berna, 52-2^ª, 1050-043 Lisboa, Tel.: 21 794 32 00, Fax: 21 794 32 30
E-mail: contacto.portugal@syngenta.com · Nº Azul: 808 200 010 · www.syngenta.pt



A difícil situação que se vive no país já não é novidade para ninguém, mas a realidade tem vindo a agravar-se mês após mês, dia após dia, ao mesmo ritmo que a seca. O agricultor tem visto agudizar as suas dificuldades, parece sentir-se cada vez mais descrente, pois nos últimos tempos nada tem ajudado a agricultura, parece que a única ajuda possível será a divina.

Quando em Portugal continental, 100% do território está em situação de seca com intensidade severa e extrema, os solos registam valores inferiores a 30% em relação ao teor de água no solo utilizável pelas plantas, quando se olha para trás e temos de recuar 60 anos para ter uma situação tão grave como esta, não sei mais que dizer a quem diariamente me questiona sobre o que fazer da vida.

A realidade é que o agricultor se encontra descapitalizado, sem soluções, e mesmo aquelas que à primeira vista poderão parecer a luz ao fundo do túnel, são muitas vezes um presente envenenado, que aos poucos vão proporcionando a morte lenta das explorações.

O agricultor paga cada vez mais para produzir, e vê pagar-lhe cada vez menos pelo que produz.

Os prados e pastagens naturais encontram-se totalmente esgotados há vários meses, obrigando a gastos elevadíssimos para conseguir manter os animais, esta situação não melhora recorrendo ao regadio pois a grande maioria das charcas, poços, furos etc., foram secando gradualmente.

O gado está a ser alimentado desde o Inverno passado à base de palha e rações, com preços incontroláveis para a generalidade dos agricultores, continuando a palha a preços entre 0,12€ e 0,15€/ Kg há largos meses, o abeberamento

ENTREVISTA A FIRMINO LEÃO, AGRICULTOR

tem que ser feito recorrendo a autotanques e a reboques-cisternas em muitos dos casos, pois os locais de abeberamento secaram ou as águas estão impróprias para os animais.

A campanha cerealífera apresentou quebras de produtividade acentuadas, sendo de registar que, boa parte das cearas nem chegaram a ser ceifadas, pois as produções não o justificavam, a seca veio agravar ainda mais a crise que se regista neste sector.

A entrevista ao agricultor não é mais que o confirmar do que anteriormente afirmei, tendo este agricultor e eu mesmo consciência que não é um dos casos de maior gravidade, pois para muitos este ano foi o último como agricultor.

AJAP: Há quanto tempo anda a dar palha aos animais?

O ano inteiro, desde Setembro do ano passado até agora, ainda não parou. Na minha exploração, tenho quatro vacadas, duas não comem palha, tinham sempre pasto o ano inteiro, e as outras duas vacadas comem palha mas só a partir de Setembro até Fevereiro.

Mas temos de contabilizar o seguinte, quando os animais começaram a comer palha em Setembro, custava 0.6 cêntimos por cada Kg de palha e hoje já custam 0.12 e há quem pague 0.15 cêntimos.

AJAP: Já existem produtores a dar batata ou outros suplementos aos animais. Sabemos que não o faz, mas não será de excluir se houver a necessidade de recorrer a suplementos?

Por enquanto vamos aguentando, ainda temos o resto do mês de Agosto pela frente e temos o Setembro que ainda não se sabe o que está para vir, mas a continuar este tempo temos que lhes dar farinha, por exemplo, ou outras alternativas.

AJAP: Se chover vai continuar a dar de “comer á mão” aos animais?

Não há outra solução. E diminuir o efectivo não é muito salutar, porque temos de cumprir o n.º de cabeças que temos inscritas no subsídio e além disso porque o valor do gado baixou e torna-se muito complicado adquirir novo efectivo. Já não basta o prejuízo que temos tido mais ainda arranjar capital para repor o efectivo. Seria demasiado dispendioso. Tem de se aguentar o que se tem.

AJAP: Sei que tem uma grande quantidade de charcas na sua exploração, mas vejo que existem poucas com boa qualidade. De que forma se tem precavido para colmatar a ausência da água?

Temos 15 charcas ao todo, 4 ou 5 é que se encontram em condições para que os animais possam beber, e outras 5 que estão completamente secas. Tivemos de recorrer a 3 furos para fazer o abeberamento do gado e à construção de mais bebedouros.

AJAP: Há pouco referiu que presentemente as vacas valem pouco, como se encontra o mercado, actualmente?

A venda de gado para carne faz-se normalmente, não se pode dizer que o gado não se vende. Só que neste momento os preços são muito baixos, torna-se difícil mais ainda com os custos que temos tido e que não fazíamos conta com eles. As vacas vendidas a 100 euros não rendem e os compradores são cada vez menos.

AJAP: Relativamente às ajudas do Ministério, tem beneficiado de algumas?

Beneficiei em Janeiro de uma compensação que o Ministério atribuiu por animal, e que no valor máximo não ultrapassava os 2500 euros por agricultor. A partir daí fiz uma candidatura ao IFADAP com juros bonificados, que já entrou na conta, da qual me encontro a usufruir para alimentação do gado.



AJAP: Essas ajudas parecem-lhe suficientes, ou considera necessário outro tipo de intervenção em moldes monetários?

Acho que estas ajudas em termos monetários não são a solução porque nós recebemos, mas temos de o pagar, mesmo sendo a juro zero. O problema mais grave desta situação é se o tempo continuar assim, onde é que vamos buscar o dinheiro para pagar o valor que nos foi emprestado? O que eu acho que poderia ser uma boa solução, seria o próprio governo comprar a outros países que têm muita alimentação para gado, ao nível das rações, e proporcionar aos agricultores nacionais os produtos a preços consideravelmente mais baixos. Seria no fundo importar esses produtos, para que fossem postos à venda a baixo preço. Conheço agricultores que foram a França e compraram cerca de 1 milhão de Kg de palha, na condição de ser posta cá à venda por 0.11 cêntimos.

AJAP: Tem conhecimento de alguma exploração que tenha “fechado portas”?

Os produtores com menos posses têm acabado com as suas explorações. Mas começa a ficar complicado para todos, para os que têm muito e para os que têm pouco.

AJAP: Com a água do Alqueva, e que vai passar aqui bem perto, tem esperança que chegue alguma à sua exploração?

Parece-me que sim, porque já fui contactado para dizer onde é que queria as bocas de saída, mas estou a ver que o tempo está a passar e as coisas já deveriam estar em funcionamento. As obras estão atrasadas. Falavam em 2005, mas parece que só para 2008, mas os canais estão muito atrasados. Já há muitos agricultores a irem buscar água às barragens todos os dias, felizmente não é o nosso caso. Graças aos nossos furos temos conseguido contornar o problema devido à nossa prevenção.





Depois de 9 meses de um trabalho e despesas, acompanhada de um grande esforço, desde a poda às adubações, tratamento fitossanitários e outros trabalhos de manutenção da vinha, o viticultor não vai deitar tudo a perder por falta de limpeza e higienização de todo o material que irá ser utilizado na vindima, transporte e vinificação das uvas e nas vasilhas onde vai fermentar os seus mostos. Muita vezes por falta de cuidados mínimos esse trabalho é totalmente destruído. Este artigo não tem como finalidade ser um manual de procedimentos, mas mais um alerta aos Viticultores de pequenos pormenores que poderão fazer a diferença na qualidade dos seus vinhos.

Marcação da Data de Vindima

A uva, quando verde, não contém açúcares, não contém substâncias aromáticas e corantes, sendo extremamente rica em ácidos orgânicos e taninos, que com a falta de água no solo mais se fazem sentir na composição do cacho. Ao longo do período de maturação estes valores vão-se alterando, assim como a cor dos bagos (no caso das uvas tintas). Os açúcares e os compostos aromáticos vão aumentando nos bagos e os ácidos orgânicos e taninos vão diminuindo até atingir um ponto de equilíbrio, o que coincide com a data ideal de vindima. Este conhecimento consegue-se com a uma ida à vinha 3 semanas antes da data usual de vindima, com uma colheita semanal de bagos de forma a avaliar a referida evolução da maturação nesse espaço de tempo, fazendo uma colheita aleatória de 200 bagos (com pé) por casta de forma a ser representativa do estado de maturação das diferentes castas e vinhas com exposições diferentes. Se não tivermos um laboratório na nossa adega com equipamento adequado (refractómetro, mustímetro e aparelho para titulação

A Vindima de 2005

para cálculo da acidez total) para o efeito, podemos recorrer a um laboratório especializado e solicitar a pesquisa dos açúcares para cálculo do álcool provável e acidez do mosto. Durante este intervalo de tempo verificamos a evolução dos açúcares e acidez total. Quando estes valores num intervalo de uma semana não se alterarem, ou seja, os açúcares não subirem e a acidez não baixar, será altura de marcar a vindima. No caso do tinto deve-se ter atenção à coloração dos cachos, pois a sua cor deve-se à coloração intensa do bago.

Higienização da Adega

A preparação da adega deve ser feita com antecedência de modo a detectar eventuais anomalias a nível do equipamento de esmagamento e prensagem, da lavagem das cubas de cimento ou inox e em caso de pipas de madeira prepará-las para não terem percas de mosto aquando da vindima. Todos os equipamentos que vão estar em contacto com o mosto e que na sua constituição tenham ferro, devem ser muito bem raspados e lavados e depois pintados com tinta anti-mosto adequada para utilização em vinificação. As paredes, tectos e o chão devem ser bem espanados e lavados e se possível devem-se cair para que exista uma noção de limpeza e que durante a vindima se note onde se acumulou sujidade. A água é um factor muito importante para uma vinificação de qualidade, é imprescindível que todos os dias durante a vindima se possa lavar toda a adega e os utensílios de vindima, com uma certa qualidade e pressão. Se possível arranjar um pequeno reservatório de 1.500 a 2.000 litros com uma pequena bomba para que a lavagem se faça com água com pressão. Nunca utilize água de lavagem de outras actividades, tais como lavagem de roupa.

Vindima

As uvas atingem a sua completa maturação, para se obterem os vinhos de qualidade, realizando-se nessa altura a vindima. Deve haver um certo número de cuidados desde:

- 1) A forma como se colhem os cachos de modo a não haver ruptura da película dos bagos, não só por causa da perca de mosto, como também para prevenir infecções provocadas por leveduras e bactérias indesejáveis e evitar a destruição dos aromas presentes na película. Para defender as uvas de tais inconvenientes devem ser utilizadas tesouras próprias para vindima;
- 2) Também se deve ter o cuidado de não apanhar as uvas que se encontrem podres ou secas;

3) Aquando do enchimento dos recipientes de transporte, deve-se evitar enchê-los acima da sua capacidade, para que as uvas não fiquem pisadas;

4) As uvas não devem ficar ao sol enquanto aguardam transporte para a adega, nos anos de chuva deve deixar as uvas tapadas com material impermeável mesmo durante o transporte;

5) Nos anos de muito calor evite vindimar nas horas mais quentes pois as uvas atingem elevadas temperaturas o que dificulta e compromete todo o processo de fabrico do vinho.

Vinificação

Na vinificação das uvas brancas ou tintas, deve haver cuidado de desinfecção dos mostos esmagados por equipamento para o efeito. Este equipamento vai desde um esmagador de rolo, no qual se pode regular a pressão dos rolos de modo a não esmagar em demasia os cachos e, conseqüentemente, provocar o aparecimento de ácidos orgânicos que transmitem aos vinhos sabores adstringentes e desagradáveis para os consumidores,



aos esmagadores desengaçadores que separam o bago do engaço. A desinfecção dos mostos nesta altura é muito importante para o futuro dos vinhos. As quantidades não são certas variando as doses conforme o estado sanitário e temperatura das uvas, factor importante nos mostos para controle das fermentações, bem como se estas são brancas ou tintas.

Doses de sulfuroso a aplicar nos mostos tintos e brancos

Tabela 1

Condições	Solução Sulfurosa a 6%		Metabissulfito de Potássio	
	Branças	Tintas	Branças	Tintas
Uvas sãs Temperatura normal (< 20° C)	0,5 litro	0,4 litro	60 gr	50 gr
Uvas podres Temperaturas elevadas (> 25° c)	0,7 litro	0,6 litro	80 gr	70 gr
Uvas sãs e pouco maduras Temperaturas baixas (< 15° C)	0,35 litro	0,3 litro	40 gr	35 gr

Nota: as doses referem-se a 750 kg de uvas

A aplicação de sulfurosos deve ser feita logo a seguir ao esmagamento e ser bem distribuída por todo o mosto ao longo do dia, e devidamente controlada para que as doses sejam bem aplicadas.

Para um bom acompanhamento dos trabalhos da adega um Viticultor deve ter um densímetro, mais conhecido por mostímetro, para acompanhamento das fermentações e verificação do teor de álcool provável no dia do esmagamento das uvas.

No processo de vinificação dos tintos chama-se a atenção para:

1) Fermentação com Remontagem, que está directamente ligado ao sucesso do vinho tinto, para extracção de maior qualidade de matéria corante existente na película e que só se consegue com um maior contacto pelicular com o mosto;

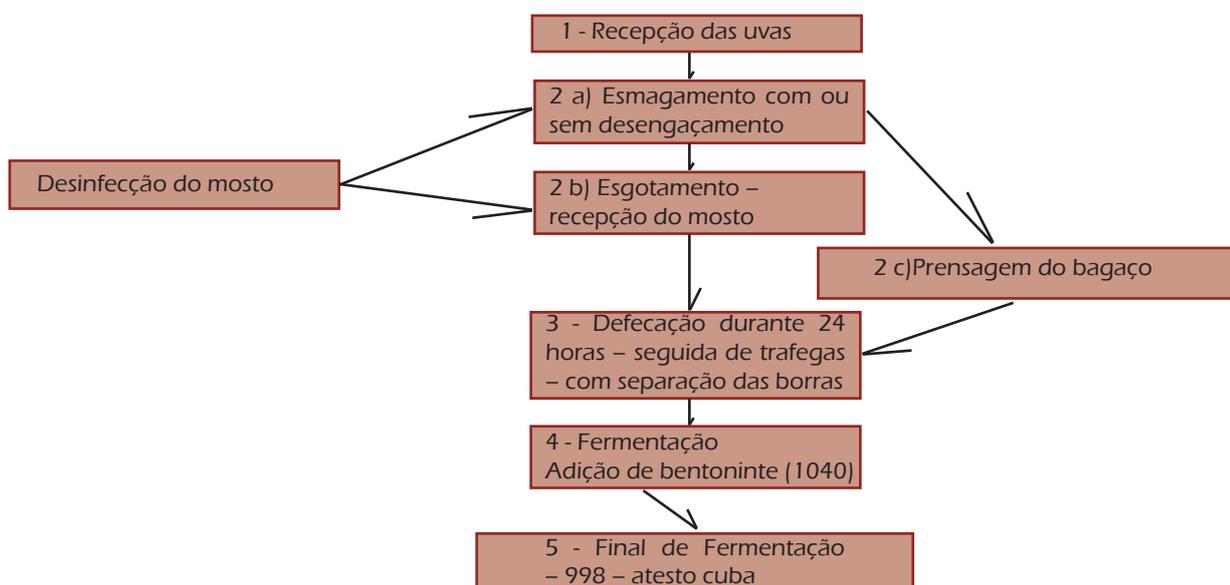
2) A remontagem com arejamento do mosto (3 vezes ao dia) que provoca a mistura do bagaço com o mosto;

3) Sangria ou desencuba que deve ser feita aos 1.015 – 1.010 (densímetro), de modo a conseguir-se o maior número de litros de vinho de lágrima e o restante vinho a ser retirado do bagaço da fermentação na prensa (vinhos de prensa).

Diferentes fases na linha de produção do Vinho Tinto (curtimento)



Diferentes fases na linha de produção do Vinho Branco (bica aberta)



No processo de fermentação dos vinhos brancos chamamos a atenção para os seguintes pontos:

- 1) Desinfecção das uvas perante o seu estado de conservação e segundo os valores da tabela 1;
- 2) Separação do mosto do esgotamento dos prensas;
- 3) Defecação dos mostos (repouso) durante 24 horas para separação das impurezas contidas nos mesmos (fragmentos dos engaços, partículas terrosas e grainhas), que se vão depositar no fundo da vasilha. É importante controlar a temperatura dos mostos, para melhor efeito da defecação;
- 4) Tráfega no final da defecação com separação das borras e forte arejamento para libertação do sulfuroso livre;
- 5) Aplicação de uma levedura seleccionada para melhor controle de fermentação, melhor rendimento em álcool, menos tendências para formação de aromas estranhos (sulfrídico), completo desdobramento dos açúcares;
- 6) Controle da densidade do mosto em fermentação duas vezes ao dia e temperatura de fermentação (temp. ideal 18 a 20° centrig.);
- 7) Quando o mosto tiver em plena fermentação (1.040), rea-

liza-se uma colagem normalmente com bentonite à razão de 200 a 300 gr por 500 litros de mosto em fermentação;

- 8) Arejamento dos mostos em fermentação aquando da aplicação da bentonite com uma remontagem com arejamento;
- 9) Final de fermentação ao (998), passado 6 a 7 dias atesta-se a cuba e tapar.

Resumidamente abordou-se o processo de fermentação de dois tipos de vinho com diferentes cuidados mas que nas suas características são muito importantes para um produto de qualidade. Voltamos a chamar a atenção para o facto de os vinhos em fermentação durante a vindima, não terem sábados e domingos, sendo importante visitar a adega 3 a 4 vezes por dia para acompanhar de perto a sua evolução e intervir nos momentos cruciais, pois as intervenções feitas fora de tempo deixarão de ter o efeito pretendido e consequentemente poder resultar na menor qualidade do vinho produzido.

INCÊNDIOS 2005

AJUDA AOS AGRICULTORES AFECTADOS PELOS INCÊNDIOS

Para além dos problemas de seca suscitados pela ausência de chuva desde Novembro de 2004 que determinaram, entre outras medidas, a criação de linhas de crédito de apoio às explorações agro-pecuárias, esta situação climatérica adversa, aliada às elevadas temperaturas que têm ocorrido nos meses de Verão, criaram condições particularmente favoráveis à eclosão de incêndios florestais que têm afectado o potencial produtivo em todo território continental.

O Governo, tendo em conta a proliferação e simultaneidade de incêndios, dos quais resultaram graves prejuízos para o sector agro-pecuário, entendeu tomar desde já, medidas que possam minimizar as perdas dos agricultores.

Deste modo, o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, decidiu disponibilizar ajudas para a reconstrução ou reposição das infra-estruturas e capital fixo das explorações agrícolas destruídas pelos incêndios florestais, designadamente vedações, construções, culturas permanentes, animais reprodutores das espécies bovina ovina e caprina, apiários, máquinas e equipamentos, afectadas por incêndios ocorridos entre Junho de 2005 e 30 de Setembro de 2005.

O montante das ajudas disponíveis é de 3 milhões de euros. O montante mínimo de investimento é de 250 euros.

Estas ajudas inserem-se no Programa AGRO, podendo enquadrar investimentos entre os 250 euros e os 3 mil euros com um nível de ajuda de 75% por exploração. Os montantes de investimento superiores a 3 mil euros terão um nível de ajuda de 50%.

As candidaturas, bem como as declarações de prejuízos, devem ser apresentadas nas direcções regionais de agricultura (DRA) até 31 de Outubro de 2005.

A verificação prévia dos danos causados pelos incêndios é efectuada pelas DRA's, bem como o envio do formulário de candidatura, devidamente preenchido e acompanhado dos elementos indicados nas respectivas instruções, para os serviços regionais do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento

da Agricultura e Pescas (IFADAP), até 30 de Novembro de 2005.

Informa-se que a Circular de Aplicação do regime de ajudas assim criado, encontra-se disponível no site do Programa AGRO (www.programa-agro.net), na página de Entrada/Notícias.

Quanto às medidas Agro-Ambientais será considerado como caso de força maior, a ocorrência de incêndio, que impossibilite os agricultores de cumprir os compromissos assumidos, mantendo no corrente ano o direito à atribuição da ajuda. No entanto os beneficiários afectados devem comunicar por escrito ao IFADAP/INGA, no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da ocorrência, indicado a extensão dos danos e juntando as respectivas provas.



500 Jovens debateram o presente e o futuro da Agricultura com o Ministro do sector em:

"AGARRAR O TEMPO... PARA SER JOVEM AGRICULTOR"



No passado dia 30 de Junho, quinta-feira, o Centro de Congressos de Lisboa foi palco de um dos maiores encontros agrícolas do País. Cerca de 500 Jovens Agricultores, agricultores em geral e representantes de organizações agrícolas nacionais deslocaram-se à antiga FIL para avaliar a situação actual do sector e debater os projectos e prioridades para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural no próximo período de programação de 2007 a 2013, nomeadamente no que diz respeito à instalação de jovens e ao seu futuro na agricultura.



O Ministro da Agricultura, Jaime Silva, convidado para a Sessão de Abertura, fez questão em estar presente na Sessão de Encerramento para ouvir as conclusões do encontro, responder directamente a algumas questões colocadas pelos jovens e reforçar a importância deste Seminário para a instalação de Jovens Agricultores e a renovação da agricultura.

O Gestor do Programa AGRO, Tito Rosa, fez um balanço genérico do Programa especificando aspectos que aos Jovens Agricultores dizem respeito e continuou com questões que se prendem directamente com a instalação de Jovens Agricultores, nomeadamente os factores condicionantes do acesso aos incentivos, a relação entre a instalação e a política de emprego nas zonas rurais, mas sobretudo as dificuldades do acesso à terra e ao crédito. Mais e melhor informação e formação, mais e melhores incentivos, estratégia interligada entre organismos e instituições para facilitar e melhorar a comercialização dos produtos agrícolas, mais e melhor assistência técnica

directa aos Jovens Agricultores e maior incentivo ao desenvolvimento rural, com vista à fixação de jovens, foram as principais prioridades defendidas por Firmino Cordeiro, Presidente da AJAP.





O Auditório VIII do Centro de Congressos de Lisboa foi demasiado pequeno para acolher as cerca de 500 pessoas que chegaram pela manhã, vindas de todo o país. Durante o seminário, a numerosa assistência pôde contar com as intervenções de diversas personalidades de referência na área, nomeadamente Francisco Avillez, Raul Jorge e Lima Santos, do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA, e Giacomo Ballari, Presidente do Conselho Europeu de Jovens Agricultores. O "Sucesso ou insucesso das políticas de incentivos na instalação de Jovens Agricultores" foi analisado nas intervenções de vários docentes do ISA e da ESACB, Carlos Neves, por parte da AJAP, e nos testemunhos de 2 jovens agricultores de sucesso, Joana Castro, viticultora e Osvaldo Branco, floricultor.

Dirk Ahner, Director Geral Adjunto da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, apresentou e comentou a política de Desenvolvimento Rural no próximo período de programação de 2007 - 2013, assente em três objectivos fundamentais: aposta na competitividade do sector agrícola e florestal, baseada na reestruturação, modernização e produção de qualidade; preocupação com o ambiente para uma boa administração das terras; e elevar a qualidade de vida nas zonas rurais, promovendo a diversificação de actividades económicas.



Alguns dados sobre Jovens Agricultores de 2000 a 2004

Região	N.º de Projectos de 1ª Instalação			
	Homens	Mulheres	Total	%M/H
EDM	381	236	617	62
TM	586	597	1183	102
BL	102	70	172	69
BI	162	54	216	33
RO	334	209	543	63
ALE	296	97	393	33
ALG	52	40	92	77
Continente	1913	1303	3216	68

Região	Idade de Instalação (%)			
	<25 anos	25-30 anos	30-35 anos	35-40 anos
EDM	30	33	18	19
TM	22	26	20	32
BL	20	27	31	22
BI	19	29	25	27
RO	25	27	21	27
ALE	21	28	24	27
ALG	7	21	33	39
Continente	23	27	22	28

Região	Investimento total e incentivos	
	Investimento	Incentivos
EDM	64713,9	27626,2
TM	93618,3	45189,8
BL	24492,2	10311,1
BI	27360,1	13324,1
RO	61448,2	24650
ALE	60943,3	28944,7
ALG	12842,6	5611,2
Continente	345418,6	155657,1

	Investimento total e incentivos	
Jovens	28	39
Todos agricultores	72	61

AJAP promove Conferência de Imprensa: Os Jovens Agricultores e as Autárquicas



Preparando as eleições autárquicas de Outubro de 2005, a AJAP decidiu elaborar e tornar público um documento dirigido aos Jovens Agricultores e sobretudo aos futuros autarcas, chamando a atenção para a importância da agricultura como actividade estruturante do meio rural, garante da ocupação do território, manutenção da paisagem e da conservação de ecossistemas vivos e dinâmicos.

A revitalização do mundo rural e da agricultura têm que ser assumidas como vectores estratégicos para o desenvolvimento sustentado do País. Uma agricultura viva e dinâmica pode ser criadora de emprego no meio rural e será provavelmente a melhor prevenção para os fogos florestais que todos os anos devastam terrenos semi-abandonados.

Sob este mote, a AJAP promoveu uma conferência de Imprensa no dia 9 de Setembro, pelas 12h00, na Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, tendo sido dirigida pelo Presidente da AJAP, Firmino Cordeiro, e pelo Vice-Presidente, Carlos Neves, e onde

estiveram presente diversos jornalistas dos *media* nacionais e locais. Pelas 14h00 seguiu-se um almoço de convívio com Jovens Agricultores no qual o Presidente da Câmara de Vila do Conde, Mário Almeida, fez questão de participar demonstrando o seu apoio à iniciativa.

Declarações de Colheita e Produção

Na campanha vitivinícola 2005/06, o período de recepção das Declarações de Colheita e Produção decorre entre 1 de Outubro a 15 de Novembro.

Estas declarações são de carácter obrigatório, pois são um instrumento essencial na gestão do mercado vitivinícola não só a nível nacional, como também, a nível comunitário.

A entrega desta declaração poderá ser feita pelo produtor junto das Entidades Receptoras designadas pela AJAP, no âmbito do protocolo celebrado com o Instituto da Vinha e do Vinho:

Entidade	Morada	Telefone	Fax
Ass. dos Jovens Agricultores de Portugal	Rua D. Pedro V, 108, 2.º, 1269 - 128 Lisboa	213 244 970	213 471 006
Centro Gestão da Emp. Agr. de Sendim	Av. do Ciclo Ed. da Junta de Freguesia, Apt. 2, 5225-101 Sendim	273 739 166	273 739 166
Gab. de Coord. Regional da Beira Interior	Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 108 Figueira Castelo Rodrigo	271 312 139	271 312 139
Gab. de Ap. ao J. Agr. na Coop. de Nelas	Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas	232 949 539	232 949 539
Gab. de Coord. Reg. do Ribatejo e Oeste	Escola Superior Agrária de Santarém, Ota do Galinheiro, Apt 310, 2001 - 904 Santarém	243 352 916	243 352 916
Gab. de Apoio ao J. Agr. de Mogadouro	Av. do Sabor, 41, Lote 2, Apartado 33, 5200 - 204 Mogadouro	279 341 650	279 341 650
Balcão Rural de Foros de Salvaterra	Rua Imaculado Coração de Maria, 2120 - 188 Foros Salvaterra	263 501 500	263 501 502
Gab. de Apoio ao Jovem Ag. em Armamar	Praça da Republica, nº 18 - 1º, 5110 - 127 Armamar	254 855 960	254 855 960
Ass. dos Prod. Florestais da Terra Quente	Av. Infante D. Henrique, Ed. Translande 2º, esc.12 Apt 165, 5340 - 204 Macedo de Cavaleiros	278 421 698	278 421 775
Gab. de Apoio ao Jovem Agr. em Portel	R. Grupo Coral Cantares Reg. de Portel nº 20, 7220 - 407 Portel	266 612 636	266 612 636
Gab. de Apoio ao Jovem Agr. de Aveiro	R. Prof. Justa Ferreira Dias nº13, 3810 - 867 Oliveirinha		
Gab. de Apoio ao Jovem Agr. de Anadia	R. da Gatanha Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros		

SNIRA - Suínos Sistema Nacional de Identificação e Registo de Animais



Decorrerá entre os dias 1 e 30 de Novembro 2005 o recenseamento de explorações e detentores de animais da espécie suína. Neste período todos os detentores de animais da referida espécie deverão proceder ao recenseamento da exploração e animais existentes, bem como o número de identificação das parcelas (número de parcelário) que compõe a exploração. A declaração destes dados é de carácter obrigatório.

A estrutura de Postos de Atendimento a utilizar será a já existente para o SNIRB/SNIRA.

Postos de Atendimento do SNIRB

Sr. Agricultor, não esqueça que o fornecimento de todas as informações referentes ao seu efectivo bovino é de carácter obrigatório.

Concelhos	Postos de Atendimento do SNIRB	Telefone
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Vila do Conde	Gab. de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Mirandela	Centro de Gestão Agrícola de Mirandela	278 257 682
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel	268 551 458
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Sendim	Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim	273 739 166
Borba	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba	268 841 547
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Bragança	Ass. para o Des. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Santarém	Gabinete de Coordenação Regional Ribatejo e Oeste	243 352 916
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Montemor-o-Velho	Gabinete de Coordenação Regional Beira Litoral	239 621 429
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Portel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Portel	266 612 636
Salvaterra de Magos	Balcão Rural Foros Salvaterra	263 501 500
Moita	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita	212 896 629
Terras de Bouro	Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro	253 351 123
Figueira C. Rodrigo	Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior	271 312 139
Alijó	Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro	259 950 532
Macedo Cavaleiros	Centro de Gestão de Saldonha	278 425 756
Mortágua	Cooperativa Agrícola da Beira Açuieira - CABA	231 927 470
Moura	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Moura	285 254 775

Roteiro de Eventos

OUTUBRO

III Jornadas de Recursos Hídricos - Situações Hidrológicas Extremas: Uma Gestão eficiente dos Recursos Hídricos

13, 14 e 15 de Outubro de 2005, Auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)
<http://www.aprh.pt/texto/13-151005.html>

FERPOR 2005 | 16ª Feira das Atividades Económicas do Norte Alentejano

1 a 5 de Outubro - Portalegre
<http://www.nerpor.pt/feiras.htm>

4.ª Rural Beja | Feira de Santa Maria

6 a 9 de Outubro - Beja
<http://www.ruralbeja.com/index1.html>

I Jornadas Micaelenses de Bovinicultura

7 e 8 de Outubro, Açores
<http://www.nerpor.pt/feiras.htm>

NOVEMBRO

XV Congresso de Zootecnia
2, 3, 4 e 5 de Novembro de 2005, na UTAD, em Vila Real
<http://www.zootec.org/>

III Jornadas Ibéricas de Raças Autóctones e Produtos Tradicionais "Transformação com genuinidade"

25 e 26 de Novembro de 2005, Elvas
<http://www.esaelvas.pt/eventos.asp>

III Jornadas Ibéricas de Raças Autóctones e Produtos Tradicionais "Transformação com genuinidade"

25 e 26 de Novembro de 2005, Elvas
<http://www.esaelvas.pt/eventos.asp>

DEZEMBRO

1º Congresso de Rega e Drenagem

5, 6 e 7 Dezembro 2005 - Beja
<http://www.cotr.pt/informacao/web2/CRD1.htm>

Jornadas ICAM 2005 - Inovação Tecnológica nos Sistemas Agrícolas Mediterrânicos

15 e 16 de Dezembro, em Évora.
<http://www.eventos.uevora.pt/jornicam/ICAM2005.htm>

OS JOVENS AGRICULTORES E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Preparando as eleições autárquicas de Outubro de 2005, a AJAP decidiu elaborar e tornar público um documento dirigido aos Jovens Agricultores e sobretudo aos futuros autarcas, chamando a atenção para a importância da agricultura como actividade estruturante do meio rural, garante da ocupação do território, manutenção da paisagem e da conservação de ecossistemas vivos e dinâmicos.

A revitalização do mundo rural e da agricultura têm que ser assumidas como vectores estratégicos para o desenvolvimento sustentado do País. Uma agricultura viva e dinâmica pode ser criadora de emprego no meio rural e será provavelmente a melhor prevenção para a praga dos fogos florestais que todos os anos devastam terrenos semi-abandonados.

Nos seminários sobre a instalação de Jovens Agricultores realizados pela AJAP com o apoio do Programa AGRO no último ano, foram muitos os participantes que relataram dificuldades encontradas no licenciamento de construções rurais. A AJAP desafia os Jovens Agricultores a participar activamente neste acto eleitoral, apresentando aos diversos candidatos estes e outros entraves ao desenvolvimento da agricultura.

Está em causa o desenvolvimento integrado de muitos concelhos rurais do interior e a criação de melhores condições de vida para que os jovens se instalem no meio rural (parque infantil, escola, médico, apoio ao domicílio e lazer), bem como melhores condições estruturais (emparcelamento de terras, caminhos rurais, electrificação, regadios colectivos, melhores vias de comunicação) e apoio generalizado às actividades agrícolas, em particular na promoção e comercialização dos produtos.

Apesar da diversidade dos diferentes concelhos do nosso país, há um conjunto de preocupações comuns aos Jovens Agricultores que merecem o nosso destaque, podendo ser agrupadas em três áreas: ambiente, obras rurais e instalação:

1) Ambiente e Ordenamento do Território

As preocupações referem-se aos efluentes da pecuária, recolha de resíduos agrícolas, melhoria da qualidade da água, definições de PDM e zonas de Reserva Ecológica. As propostas passam pela valorização dos efluentes, articulação dos serviços municipais para a recolha selectiva de alguns resíduos agrícolas (plásticos, papéis, etc), fiscalização de descargas ilegais de esgotos industriais e domésticos, melhoria do funcionamento das ETAR, participação dos agricultores na elaboração dos PDM (Plano Director Municipal) e maior flexibilidade para

construções indispensáveis à actividade agrícola em áreas de reserva ecológica.

2) Construções, Terras e obras Rurais

Neste ponto, as preocupações prendem-se com a legalização de estábulos e armazéns agrícolas, abandono de terras, emparcelamento, caminhos rurais e reservas de água.

É proposta a simplificação do licenciamento das construções agrícolas, com redução ou isenção de taxas no caso de jovens agricultores, a penalização financeira dos terrenos abandonados e o incentivo à instalação de Jovens Agricultores, o emparcelamento, aproveitamento das verbas comunitárias para caminhos rurais e a construção de mini-hídricas para aumento das reservas de água.

3) Instalação de Jovens Agricultores

Face ao avanço da desertificação, despovoamento do interior, abandono da agricultura e o envelhecimento dos agricultores, há um conjunto de iniciativas que as autarquias podem desenvolver para permitir a instalação de jovens no sector e a viabilidade da agricultura:

- Divulgação de informação sobre os apoios existentes para a instalação;

- Promoção e comercialização de Produtos Agrícolas, em cooperação com as organizações existentes, ou em sua substituição quando estas estejam ausentes ou se mostrem manifestamente incapazes de cumprir essa função; Organizar feiras e exposições temáticas que associem a agricultura ao turismo e gastronomia são alguns exemplos sugeridos;

- “Jovens Empresários Rurais” – Apoiar a criação de empresas agrícolas multifuncionais que associem o artesanato, o turismo, desportos radicais e iniciativas pedagógicas, quando a actividade agrícola se mostrar insuficiente para garantir o sustento do Jovem Empresário que se pensa fixar no meio rural;

- Facilitar o acesso dos Jovens Agricultores às novas tecnologias - formação em informática, espaços Internet no meio rural e disponibilidade de “banda larga” para os utilizadores domésticos.

A Direcção

AGRO

Quarta, 6 de Julho de 2005	N.º 128 Série I-B	4165	Portaria n.º 579/2005	Altera o artigo 7.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 1161/2000, de 7 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 10 (...)
----------------------------	-------------------	------	-----------------------	---

Fitossanitários

Terça, 9 de Agosto de 2005	N.º 152 Série I-A	4588	Decreto-Lei n.º 128/2005	Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2004/20/CE, de 2 de Março, 2004/58/CE, de 23 de Abril, 2004/99/CE, de 1 de Outubro, 2005/2/CE, (...)
----------------------------	-------------------	------	--------------------------	--

RPU

Quarta, 27 de Julho de 2005	N.º 143 Série I-B	4378	Portaria n.º 616/2005	Altera a Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao 1.º ano de aplicação do regime de pagamento único (...)
-----------------------------	-------------------	------	-----------------------	--

Florestas

Sexta, 5 de Agosto de 2005	N.º 150 Série I-A	4521	Decreto-Lei n.º 127/2005	Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção
Terça, 2 de Agosto de 2005	N.º 147 Série I-B	4474	Despacho Normativo n.º 37/2005	Estabelece e determina os pagamentos a efectuar pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) (...)
Quinta, 2 de Junho de 2005	N.º 106 Série I-B	3601	Portaria n.º 501/2005	Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra Incêndios, vigora no período de 15 de Maio a 15 de Setembro

Vitivinicultura

Terça, 28 de Junho de 2005	N.º 122 Série I-B	4014	Portaria n.º 558/2005	Estabelece para o continente as normas complementares de execução do regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas
----------------------------	-------------------	------	-----------------------	--

Frutos e Hortícolas

Terça, 28 de Junho de 2005	N.º 122 Série I-B	4018	Portaria n.º 559/2005	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 96/2005, de 9 de Junho, que institui uma linha de crédito ao sector horto-frutícola
Quinta, 9 de Junho de 2005	N.º 111 Série I-A	3658	Decreto-Lei n.º 96/2005	Cria uma linha de crédito para financiamento das pessoas singulares ou colectivas do sector horto-frutícola

RURIS

Quarta, 22 de Junho de 2005	N.º 118 Série I-B	3924	Portaria n.º 539/2005	Define um regime de excepção para os beneficiários das intervenções «Indemnizações Compensatórias» (...)
Segunda, 6 de Junho de 2005	N.º 108 Série I-B	3614	Portaria n.º 503/2005	Altera vários artigos do Regulamento de Aplicação dos Planos Zonais na intervenção «Medidas agro-ambientais»(...)

Medidas agro-ambientais

Quinta, 2 de Junho de 2005	N.º 106 Série I-B	3598	Portaria n.º 500/2005	Altera vários artigos e os anexos II e III do regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-Ambientais»(...)
----------------------------	-------------------	------	-----------------------	--

Diversos

Terça, 2 de Agosto de 2005	N.º 147 Série I-B	4475	Despacho Normativo n.º 39/2005	Altera o Despacho Normativo n.º 22/2005, de 5 de Abril, que estabelece as condições específicas de utilização das parcelas (...)
Terça, 2 de Agosto de 2005	N.º 147 Série I-B	4475	Despacho Normativo n.º 38/2005	Procede à alteração do n.º 2 do Regulamento de Atribuição dos Apoios Excepcionais à Colocação no Mercado de Cortiça (...)
Terça, 5 de Julho de 2005	N.º 127 Série I-A	4100	Decreto-Lei n.º 108/2005	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/85/CE, do Conselho, de 29 de Setembro, relativa a medida comunitárias (...)
Sexta, 24 de Julho de 2005	N.º 120 Série I-B	3956	Portaria n.º 550/2005	Revoga a Portaria n.º 1073/95, de 1 de Setembro, que regula o programa de reconversão do sector agro-pecuário (...)
Quinta, 9 de Junho de 2005	N.º 111 Série I-A	3654	Decreto-Lei n.º 94/2005	Cria uma linha de crédito de curto prazo para financiamento das entidades do sector pecuário extensivo criadoras de bovinos (...)
Quinta, 9 de Junho de 2005	N.º 111 Série I-A	3655	Decreto-Lei n.º 95/2005	Cria uma linha de crédito destinada às entidades do sector pecuário extensivo para investimentos necessários ao abeberamento de animais

Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1 - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
- 2 - Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
- 3 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa da Feira e S. João da Madeira
- 4 - Gab. de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Esposende
- 5 - Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo
- 6 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
- 7 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Aveiro
- 8 - Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
- 9 - Cooperativa Agrícola de Terras de Bouro
- 10 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Penafiel
- 11 - Gabinete de Apoio Agrícola
- 12 - Gab. de Ap. ao Jovem Agricultor na Coop. Agrícola de Paredes de Coura
- 13 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
- 14 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
- 15 - Associação de Agricultores de Ribadouro
- 16 - Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
- 17 - Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
- 18 - Centro de Gestão Agrícola de Mirandela
- 19 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Sendim
- 20 - Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval
- 21 - Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
- 22 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
- 23 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
- 24 - Centro de Gestão de Saldonha
- 25 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
- 26 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Chaves
- 28 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
- 29 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
- 30 - Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro - Associação
- 32 - Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
- 33 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
- 34 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
- 35 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
- 36 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Castelo Branco
- 37 - Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
- 38 - Adegas Cooperativas de S. Paio, CRL
- 39 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
- 40 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
- 41 - Cooperativa Agrícola da Beira Azeiteira
- 42 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
- 43 - Balcão Rural de Pombal
- 44 - Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
- 46 - Balcão Rural de Abrantes
- 48 - Balcão Rural de Foros de Salvaterra
- 49 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Moita
- 50 - Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
- 51 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
- 52 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
- 53 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
- 54 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Campo Maior
- 55 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ervedal
- 56 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
- 57 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Portel
- 58 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de S. João Batista
- 59 - Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Serpa
- 60 - Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
- 61 - FRUTALGARVE - Cooperativa de Hortofruticultores de São Bartolomeu de Messines, CRL
- 62 - FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve, Lda
- 63 - Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim

